

JORGE MAYER

À espera da Esperança?

2026

“Quero testemunhar o meu enorme apreço pela solidariedade demonstrada pela EDP. A parceria com o setor privado é um estímulo essencial para nos fazer, a nós, ACNUR, sair da rotina, e para introduzir, neste caso, formas extremamente inovadoras de utilizar energia, inteiramente verde, ao serviço do bem-estar de populações altamente carenciadas e criando capacidade nessas populações para enfrentar os desafios do desenvolvimento.”

ANTÓNIO GUTERRES

Alto-Comissário da ACNUR, durante a visita ao campo de Kakuma em 2010

“Imagino o que seria viver 20 anos com a minha família, sempre a comer a mesma coisa, sem horizonte, seria um sofrimento!”

ANTÓNIO GUTERRES

Alto-Comissário das Nações Unidas para os Refugiados, 2010, SIC

Quanto aos projetos da EDP, Guterres considerou que a parceria entre o ACNUR e as organizações privadas “é fundamental para satisfazer as necessidades básicas dos refugiados”. E António Mexia sublinhou que “uma companhia global deve ter ambições globais e responsabilidades globais”, salientando que “a energia está relacionada com áreas tão importantes como segurança das populações, água, agricultura, educação e saúde”. Por outro lado, a iniciativa da empresa em Kakuma “não é um projeto de assistência mas antes de capacitação local a longo prazo nas energias renováveis e no empreendedorismo social”, que vai beneficiar não apenas os refugiados mas também as populações locais, os turkanas.

ANTÓNIO GUTERRES

Alto-Comissário das Nações Unidas para os Refugiados, Expresso de 11 de setembro de 2010

Título do Livro:
À espera da Esperança?

Autor:
Jorge Mayer

Tiragem:
400 exemplares

Paginação, Capa:
Joana Pinheiro Torres de Macedo, Romão Figueiredo

Impressão e acabamento:
Papelmunde, Soc. de Manufacturas Gráficas, Lda

Data de impressão:
Janeiro 2026

Depósito legal:
nº 558955/26

ISBN:
978-972-39-1034-6

Índice

- | | |
|-----|--|
| 09 | Prefácio |
| 11 | Conversas sobre viver entre refugiados |
| 15 | Onde é “nenhures”? |
| 19 | Ver a guerra, os refugiados
e a geopolítica
CÂNDIDA PINTO |
| 55 | Viver num campo de refugiados nos
seus aspetos pessoais e da família
MARIA JOÃO MAYER BRANCO |
| 93 | Partir em missão. E onde anda Deus
num campo de refugiados?
P. LUÍS FERREIRA DO AMARAL, SJ |
| 153 | Como surgiu e o que foi
o projeto em Kakuma?
ANEXO |

Prefácio

Este testemunho do Jorge Mayer e dos seus 3 convidados contribuem para nos ajudar a refletir sobre as muitas formas que hoje temos de ignorar os outros ou, ao contrário, de reconhecermos os outros como irmãos em fraternidade.

Alguns dizem que é preciso evitar a todo o custo a chegada de pessoas migrantes aos seus países, fechando os olhos a muitas pessoas – homens, mulheres e crianças – que amanhã poderão ser um de nós. Refugiados e deslocados que fogem da guerra, perseguições, catástrofes naturais e procuram um futuro melhor. Alguns podem não ter as melhores intenções e devem ser controlados, mas a grande maioria persegue uma vida condigna, experimentando a separação do seu contexto de origem e, muitas vezes, o desenraizamento tanto cultural e religioso com que foram educados. Muitos perdem as suas famílias ou são objeto de traficantes sem escrúpulos.

A migração pode ser um valor estratégico para o futuro do mundo como, no passado, já aconteceu em diversos países. A Europa, em particular, pode encontrar o justo equilíbrio entre o dever moral de tutelar os direitos dos seus cidadãos e também o dever de garantir a assistência e o acolhimento dos migrantes. Este justo equilíbrio deve ser procurado por todos os Homens de boa vontade. E ainda mais por todos os cristãos, fiéis ao seu batismo, lembrando-se das palavras de Jesus: «Era estrangeiro e recolheste-me» (Mateus 25,35) que foi capaz de se identificar com o outro, sem se importar com o lugar onde nasceu nem de onde vem.

Ninguém pode ser excluído. Não é aceitável que uma pessoa tenha menos direitos por ser mulher, tal como não é aceitável que uma pessoa tenha menos direitos porque nasceu num local diferente, sendo-lhe vedadas as oportunidades de uma vida digna e de desenvolvimento, com direitos e deveres em conformidade.

De uma parceria entre o Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e a EDP foi criado um projeto integrado

de soluções de energia renovável no campo de Kakuma, Quénia. Um projeto destinado a testar condições de desenvolvimento sustentável e bases para ajudar a reconstruir vidas. Esse projeto foi organizado com uma equipa multidisciplinar da empresa constituída por pessoas muito comprometidas. Entre elas encontrava-se o Jorge Mayer, um jovem engenheiro de coração grande que aceitou executar a sua missão no campo de refugiados por mais de um ano, numa experiência que marcou a fogo a sua vida. A si e ao resto da equipa.

Numa linguagem simples e direta, com sotaque do norte, o Jorge conta uma história de realidades cruas e emoções, sem filtros. Com este testemunho formidável sente-se uma imagem do que é a realidade de um campo de refugiados e das pessoas heroicas que lá vivem, resistentes e corajosas, vivendo os seus dramas, conquistas e sonhos de uma vida melhor. O seu testemunho de fé amplia essa imagem, procurando a presença de Deus naquele lugar e oferecendo-nos a sua interpretação do amor que arde no coração, da inquietude que estimula a razão e da força que impulsiona as mãos de muitos refugiados ou pessoas que trabalham num campo de refugiados.

10|

Luís Faria

Membro da equipa EDP

Conversas sobre viver entre refugiados

Um campo de refugiados é um local de espera. Normalmente, de uma espera que a guerra a violência passem, e, em troca desta espera indeterminada, é oferecida segurança...

Os campos de refugiados são locais que se pensam como temporários, mas alguns existem há mais de trinta ou quarenta anos! Começam com uma base efémera, de urgência humanitária, sem acautelar planeamento e, muito menos, sem previsões do que serão dali a alguns anos.

Em 2009, o Alto Comissariado para os Refugiados das Nações Unidas (ACNUR) e a EDP (Energias de Portugal) decidiram concretizar uma parceria para testar soluções-piloto na área da energia e do ambiente no contexto de um campo de refugiados. Neste caso, um campo de refugiados em África, chamado Kakuma, na ponta noroeste do Quénia.

Assim surgiu a oportunidade de ser parte deste projeto que marcou profundamente a minha vida e as dos meus companheiros de missão, tendo eu sido integrado no ACNUR por nove meses, e vivido praticamente um total de quinze meses a ir e vir do campo.

Nas muitas viagens intercontinentais, no trabalho conjunto e em conversas nas noites de grande calor, foi surgindo a ideia de dar testemunho do que foi esta vivência, missão e trabalho, do que é a realidade dos refugiados, e a experiência que nos marcou e mudou. Nunca achei que tivesse jeito para escrever, e senti nas muitas perguntas que as pessoas me iam fazendo, depois do meu regresso, que era importante contar o que é um campo de refugiados perdido no meio de África.

Pretendia que as pessoas se sentissem interpeladas pelas vidas destes refugiados, do que passam no seu dia-a-dia, do que é um campo de refugiados, e conhecessem o que é partir e trabalhar num campo de refugiados. Dado o meu pensamento pragmático, talvez derivado de ter seguido engenharia, ou oriundo de um dos meus pais, senti que a melhor

forma de o tentar concretizar era dar voz, através de três conversas a ter com três interlocutores diferentes sobre Kakuma, refletindo sobre a experiência de ser refugiado, de estar em Kakuma, cada uma sobre uma perspetiva diferente da experiência que tive (ou tivemos) lá.

Por isso senti que apenas tinha amadurecido a experiência quando fez dois anos que tinha regressado do campo em 2013, e nesse verão gravamos as três conversas que constituem a base deste livro. Demorei mais uns três anos até voltar a pegar neste sonho, pois o trabalho dos dias, o mestrado em Economia Social e o nascimento da nossa Sofia e do João foram bons motivos para esperar. A realidade de viver nestes campos de refugiados e forma como funcionam continua a mesma, apesar do crescimento que o campo de Kakuma teve nos anos depois do projeto, como mostraram os contactos que fomos tendo e as visitas que a equipa entretanto foi fazendo. As três conversas foram:

A conversa com a Cândida Pinto, jornalista portuguesa de renome internacional, que esteve uma semana em Kakuma comigo, em setembro de 2010, focada nos cenários de guerra, os refugiados e a geopolítica, e tendo presente a excepcional experiência da Cândida nestes cenários.

12| A conversa com a Maria João Mayer Branco, minha prima e madrinha de casamento, focada em como se vive num campo de refugiados, nos seus aspetos pessoais e da família, num cenário destes. Apesar de ser a única interlocutora dos três que não esteve em Kakuma, viveu a experiência à distância nos nossos frequentes contactos e nas muitas conversas durante aquele período e as tantas conversas que tivemos depois.

A conversa com o Padre Luís Ferreira do Amaral, padre jesuítico que viveu em Kakuma ligeiramente após o meu regresso, focando nos aspetos do partir em missão, da espiritualidade e de onde anda Deus, num campo de refugiados.

As conversas fluíram de forma livre, com dois pontos de vista e com entradas de ambos, tendo apenas por base uma pequena lista de potenciais tópicos que foi trabalhada com cada um, que apenas serviu para que não nos esquecêssemos de pontos que achávamos importantes conversar.

O grande trabalho de transcrever as conversas foi concretizado pela minha amiga Mónica Claro, a quem eu muito agradeço pelo trabalho infinável de ouvir às várias horas das conversas. Eu depois, ajustei ao mínimo os diálogos, nunca alterando as suas ideias e sentidos, apenas com o objetivo de os tornar mais enquadrados e fluídos para que o leitor

mais facilmente os siga e não se perca no meio da conversa. Espero que o tempo que passou entretanto, a evolução das memórias e do que sou hoje, não crie distância com o que estas experiências e conversas foram.

Agradeço de forma profunda à Cândida, à Maria João e ao Luís pelo tempo e também pela forma como fomos digerindo esta oportunidade e me ajudaram a melhor compreender esta experiência única. Agradeço à Mónica Claro o enorme trabalho das transcrições, à minha família pelo grande apoio que me deu quando estive em Kakuma, e, em especial, à minha esposa, Isabel, pela força que me deu, durante esse tempo e, depois, para levar por diante este projeto. Dou uma palavra de enorme reconhecimento ao Luís Faria e ao Rui Assis que me motivaram a não desistir e pela ajuda que deram na revisão, assim como à Joana Macedo que se lançou no desafio da paginação e da elaboração da capa.

Desejo a todos os que lerem este livro que se deixem interpelar pelos milhões de pessoas por todo o mundo que hoje são refugiados e que estão à espera da esperança, e, se algum se identificar um pouco mais com eles este trabalho, terá sido bem-sucedido!

Sente-se connosco, seja uma terceira pessoa nesta mesa que partilhamos consigo!

Onde é “nenhures”?

O Sudão tem conhecido a devastação da guerra desde a sua independência, que ocorreu em 1956. Planeada pelos Britânicos e Egípcios, a independência juntou o norte do Sudão, de religiosidade muçulmana e de cultura arábica, com o sul do Sudão, de religiosidade cristã e animista e de cultura sub-sahariana. A falta de autonomia do sul, as grandes diferenças na distribuição de poder e os campos de petróleo (a maior das maldições!) levaram a um conflito longo em duas partes, separadas por 11 anos de cessar-fogo entre elas. Na segunda parte da guerra, a mais violenta, morreram cerca de 2 milhões de pessoas pela guerra, fome ou doença causadas pelo conflito. Foi uma das mais longas guerras civis e o seu número de civis mortos é um dos mais altos de qualquer guerra, desde a Segunda Guerra Mundial, além de ter incluído escravatura e genocídios.

Cerca de 4 milhões de pessoas no Sudão do Sul foram deslocadas, algumas internamente, outras fugiram para os países limítrofes, como é o caso do Quénia. Saliento que em África, sempre que falamos de pessoas, estamos a incluir nessa referência que a maioria delas são menores de idade, sendo a proporção de crianças muito elevada. O filme “God Grew Tired of Us – The Lost Boys of Sudan Documentary” mostra o caminho que milhares de crianças fizeram a fugir da guerra, percorrendo até mil quilómetros a pé – imaginem vir de Barcelona ao Porto a pé, só com a roupa que tinham no corpo – para encontrarem segurança fora do Sudão, o que fez deste um dos maiores fenómenos de migração humana na história da África Subsariana e, especificamente, da África Oriental.

Para acolher estas pessoas, o ACNUR criou um campo de refugiados em 1992 a várias dezenas de quilómetros da fronteira com o Sudão, no território Turkana, numa vila de nome Kakuma. Começou para servir os refugiados sudaneses e desde então, expandiu-se para servir refugiados da Somália, Etiópia, Burundi, a República Democrática do Congo, Eritreia, Uganda e Ruanda. Passados 13 anos, depois do acordo de paz para o Sudão do Sul, em 2005, começou a tratar-se do repatriamento da

população sudanesa, tendo o campo atingido o mínimo de população de cerca de 45.000 pessoas, em 2007, tendo-se pensado nessa altura que se poderia considerar fechar o campo.

No entanto, o conflito na Somália com batalhas na capital Mogadíscio (na qual o filme “Black Hawk Down”, referente à intervenção americana uns anos antes, mostra o ambiente e os combates que levaram à morte de 18 soldados e 73 ficaram feridos) e a entrada de tropas da Etiópia na Somália levam a um grande fluxo de refugiados no Quénia que são levados para Kakuma, para acudir o esgotado campo de Dadaab (um dos maiores complexos de campos de refugiados do mundo), que fica perto da fronteira do Quénia com a Somália.

Assim, um campo que surgiu para acudir à fuga da guerra no Sudão, passa também a ser para pessoas que fogem da Somália. Tudo isto sobrecarregando as frágeis estruturas do Quénia...

Em 2009, Kakuma tinha cerca de 70.000 pessoas, e no início de 2011 tinha mais de 80.000 pessoas. A título de nota, acrescenta-se que em 2015 abriu-se um segundo campo a 30 quilómetros a oeste, e em 2017 o campo tinha perto de 165.000 refugiados e ocupava 15 quilómetros quadrados (a cidade do Porto tem 41 quilómetros quadrados). Em 2023, o campo de Kakuma ultrapassa as 200.000 pessoas... (que é mais que Braga ou Matosinhos).

Kakuma, em Kiswahili¹, significa “nenhures”, ficando a 100 quilómetros de qualquer outro local digno de nota. A vila junto ao campo propriamente dito tem cerca de 60.000 habitantes (2014).

O campo é gerido pelo ACNUR, que é auxiliado nas suas funções por uma ampla gama de organizações humanitárias, incluindo o Programa Alimentar Mundial (WFP), Organização Internacional para as Migrações (IOM), Federação de Luterana Mundial (LWF), Comité Internacional de Salvamento (IRC), Serviço Jesuíta aos Refugiados (JRS), Conselho Nacional de Igrejas do Quénia (NCCK), Windle Trust Quénia, Film Aid Internacional e Salesianos de Don Bosco.

O campo localiza-se no ambiente semiárido desértico, com temperaturas de poeira, altas temperaturas, surtos de malária, cólera e outras dificuldades. A temperatura média durante o dia é de 40°C, baixando

1. Swahili, também conhecido pelo seu nome local, Kiswahili, é uma língua bantu, originalmente falada pelo povo swahili, que se encontra principalmente na Tanzânia, Quénia e Moçambique.

para os trintas e poucos à noite. O campo fica numa vasta planície árida, encaixado entre dois rios secos, que correm poucas semanas por ano, existindo, nessa altura, algumas inundações. Uma vista aérea revela uma “pequena cidade” com cabanas de adobe com telhados de zinco e tendas, como se pode ver nas fotografias deste livro.

O seu funcionamento é extremamente insustentável, e entre as várias facetas precárias da natureza dos campos e dos gastos que implicam as suas necessidades de energia, originárias de dezenas de milhares de refugiados que vivem sem luz e apenas têm lenha (pouca), conjugadas com a sua localização em ambientes áridos, pouco produtivos e difíceis, leva a que se procurem soluções para as questões de energia e ambiente que os campos de refugiados têm.

A nível mundial há cerca de 43 milhões de refugiados, dos quais 75% são acolhidos por países com nível de vida pobre ou médio², que, em 70% dos casos, são os países vizinhos do país de origem. Isto cria uma enorme destabilização desses vizinhos, como, por exemplo, se pode constatar no facto de que 1 em cada 6 pessoas que vive no Líbano é um refugiado, e, mais desconhecido ainda, é o caso da ilha paradisíaca de Aruba nas Caraíbas, em que 1 em cada 5 pessoas é um refugiado venezuelano.

Não há números exatos de campos de refugiados. As Nações Unidas estimam que cerca de um quinto dos refugiados vivam em campos, ou seja, cerca de 7 a 8 milhões de pessoas. No entanto, assumindo que um campo, em média, alberga 11500 pessoas, haverá, pelo menos, 500 campos de refugiados a nível mundial, sendo atualmente Kakuma o terceiro maior do mundo³.

De acordo com o ACNUR, em média, os refugiados permanecem entre 10 e 15 anos num campo de refugiados, mas a duração pode ser muito diferente, dependendo de uma série de variáveis, incluindo o motivo da deslocação e a extensão do conflito na região.

Pelas suas implicações internacionais, os refugiados têm maior visibilidade do que as pessoas que fogem das suas terras, muitas vezes, por conflitos, violência, perseguição ou catástrofes, mas permanecem dentro das fronteiras do seu próprio país. Essas pessoas são designadas em Inglês por Internally Displaced People (IDP). Os IDP são 175% do

2. Fonte: <https://www.unhcr.org/about-unhcr/who-we-are/figures-glance>

3. Fonte: <https://www.developmentaid.org/news-stream/post/158870/five-largest-refugee-camps-in-the-world>

número de refugiados. A nível mundial, existem 76 milhões de pessoas deslocadas internamente e representam a maioria da população mundial deslocada à força (58%), da qual 40% são crianças. Infelizmente, o Sudão é o país com maior número (9 milhões) seguido da Síria.

Os IDP contam-se entre as pessoas mais vulneráveis do mundo e muitos ficam presos em deslocações prolongadas durante anos ou mesmo décadas. Desalojados das suas casas e dos seus meios de subsistência, enfrentam frequentemente condições perigosas e continuam a correr riscos, mesmo depois de fugirem para um local seguro. Os governos nacionais são os principais responsáveis pela proteção e assistência aos seus cidadãos e residentes deslocados, mas podem não ser capazes ou não querer fazê-lo. Estes IDP não se concentram num único local e, por isso, são mais difíceis de encontrar e de monitorizar.

Não estando sobre o mandato de uma entidade internacional, os seus locais de refúgio podem não dispor de abrigo, alimentação, água potável ou cuidados de saúde adequados. Mesmo quando esses serviços existem, o súbito afluxo de pessoas pode sobrecarregá-los. Pode ser difícil para as pessoas deslocadas encontrar trabalho, deixando-as sem rendimentos para se sustentarem a si próprias e às suas famílias.